

Secretário de Estado da Defesa Nacional concede audiência à ADFA

“A prótese é uma vida”

ADFA sublinhou a “injustiça que se mantém” e o governante solicitou memorando sobre algumas questões colocadas pela Associação

A ADFA foi recebida em audiência pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Prestrello, no dia 5 de julho, em Lisboa para apresentar oficialmente o Caderno Reivindicativo da Associação, entre outras questões de âmbito legislativo que estão a ser acompanhadas e tratadas pelo Gabinete do governante. “Foi reiterada junto do secretário de Estado Marcos Perestrello a não aceitação da ADFA quanto à aplicação do DL 503/99 aos deficientes militares cujas doenças e acidentes ocorreram no período da Guerra Colonial”, salientou José Arruda, presidente da Direção Nacional. O governante garantiu que a secretaria de Estado vai encetar contactos com a Caixa Geral de Aposentações, no sentido da resolução desta questão. A ADFA pediu intervenção urgente do secretário de Estado para convocação do Conselho Consultivo do Lar Militar e solicitou a agilização dos processos dos deficientes militares oriundos de África em deslocação ao HFAR. “Aguardamos com preocupação e expectativa que se concretize a obra prevista para o Regimento de Transportes, para criar condições dignas para acolher os

deficientes militares em deslocação para tratamentos de saúde”, realçou o presidente da DN, José Arruda.

Sobre os processos de atribuição de próteses e de produtos de apoio aos deficientes militares a ADFA apresentou situações concretas de associados à espera de solução para os seus tratamentos, numa “injustiça que se mantém”, e o governante manifestou que “uma prótese é uma vida”, valorizando as urgentes necessidades desses deficientes das Forças Armadas.

A ADFA abordou ainda assuntos relacionados com o IASFA e os montantes a enviar à ADFA, bem como sobre as implicações que a morosidade dessa transferência representam para o funcionamento normal da Associação na sua vertente de apoio clínico aos associados. Foi também discutida a situação da Quinta das Camélias e da escritura de cessão daquela estrutura à ADFA, que ainda falta realizar.

MEMORANDO

O secretário de Estado da Defesa Nacional solicitou à Associação a apresentação de um memorando com as questões mais prementes, neste momento, que preocupam a ADFA, em relação aos direitos dos deficientes

militares. O documento foi enviado à Secretaria de Estado no dia 11 de julho e contém informações sobre o Lar Militar, sobre a deslocação dos deficientes militares residentes em Moçambique para tratamento no HFAR e sobre deslocações à Alemanha para tratamento protésico de deficientes militares.

A ADFA manifestou a sua convicção relativamente à “vontade política [do governante] no processo de reparação e reconhecimento dos direitos morais e materiais dos deficientes militares”.

No documento, sobre o Lar Militar, a ADFA saudou de novo o Despacho N.º 4/SEDN/2017, de 25 de janeiro, que aprovou o novo Regulamento do Lar Militar, na sequência do grupo de trabalho criado pelo Despacho de N.º 14/SEDN/2016, de 23 de maio. Segundo referiu a Associação, “o novo Regulamento do Lar Militar reabriu fundadas expectativas e responsabilidades para a ADFA e para os deficientes militares residentes daquele Lar, tendo em conta o levantamento elaborado pela Associação em 19 de março de 2016”.

Lembrando que o articulado no Regulamento do Lar Militar, prevê que o Conselho Consultivo desta instituição deverá reunir trimestral-

mente “com a finalidade de garantir, a todo o tempo, o melhor funcionamento deste equipamento social de acordo com os direitos dos deficientes militares plasmados na legislação em vigor”, a Associação referiu que aguardou que o presidente da Cruz Vermelha Portuguesa convocasse a primeira reunião do Conselho Consultivo, para iniciar um novo ciclo aberto pelo Despacho do secretário de Estado, “consumando assim a participação ativa do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), da ADFA e da Comissão de Residentes do Lar Militar”. A ADFA referiu que, passados vários meses, constatou, “com profunda decepção, que a situação em termos médicos, de enfermagem, sociais e de reabilitação dos residentes militares no Lar Militar continua a degradar-se”, estando em causa o cumprimento dos direitos humanos plasmados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A ADFA apelou assim para a intervenção do governante para a convocação, com carácter de urgência, da primeira reunião do Conselho

Consultivo do Lar Militar.

O memorando abordou também a deslocação dos deficientes militares residentes em Moçambique para tratamento no HFAR, salientando que a ADFA está a acompanhar oito processos que, através da Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique (ADFA-PM) e do adido de Defesa em Maputo, foram devidamente instruídos e enviados ao Estado-Maior do Exército para a tomada das decisões necessárias no cumprimento da lei e das responsabilidades afetas ao Exército (transporte, alojamento e alimentação). As situações referidas arrastam-se desde 2015, realçando-se o “abandono” a que estão a ser votados “estes deficientes militares que cumpriram a sua obrigação quando chamados ao serviço de Portugal no período da Guerra Colonial”.

Sobre as deslocações à Alemanha para tratamento protésico, a ADFA apresentou uma situação que “constitui, neste momento, um paradigma da muralha burocrática que vem sendo entreposta entre o direito à assistência médica e reabilitação” destes Deficientes das Forças Armadas (DFA) e a “decisão do Exército que suporta as despesas desta deslocação”.

Audiência com general CEMGFA

“Este livro é um pouco a decantação da Guerra Colonial. No processo de decantação só fica o que perdura, os deficientes das Forças Armadas”. As palavras são do general Pina Monteiro, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, durante a audiência realizada com a ADFA, no dia 26 de julho, em Lisboa. Na altura, o general Pina Monteiro recebia a oferta de um exemplar do livro “Deficientes das Forças Armadas – Geração da Rutura”.

A ADFA ficou sensibilizada com a frase e congratula-se por poder apresentar cumprimentos e algumas questões candentes ao CEMGFA.

O temas abordados no encontro prendem-se com a situação da ADM/IASFA, um ponto de situação sobre as deslocações dos deficientes militares residentes nos PALOP para Portugal para acesso a cuidados de saúde, uma análise sobre os casos que necessitam de deslocação à Alemanha para tratamento protésico, o envio de produtos e dispositivos médicos para deficientes militares portugueses a residir no estrangeiro, a questão do financiamento do HFAR para garantir o fornecimento de próteses e outros produtos de apoio e a situação no Lar Militar. A ADFA convidou o general Pina Monteiro a visitar a Sede Nacional, iniciativa a agendar até final do ano.

